ECONOMIA PÓS-*IMPEACHMENT*

O QUE PODE E O QUE NÃO PODE MUDAR?

FELIPPE SERIGATI

Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

ROBERTA POSSAMAI

Economista pela Universidade de São Paulo (USP) e aluna do Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV (MPAgro) – roberta.possamai@gvmail.br

O BRASIL está passando por uma das piores crises econômicas da sua história. Recolocar a economia brasileira nos trilhos exigirá um esforço muito grande da sociedade, tanto por parte das famílias, quanto por parte do setor produtivo e do setor público. Na imprensa, é comum encontrar análises defendendo que somente uma mudança no poder Executivo federal trará o País de volta a uma trajetória de crescimento sustentável. Mesmo assumindo que a hipótese anterior seja verdadeira, é importante ter claro que se, por um lado, alguns problemas, de fato, podem ser solucionados por um novo governo; por outro, há desafios estruturais cuja solução não estará disponível no curto prazo. Ou seja, o processo de ajuste levará muito tempo. Felizmente, como a economia não é uma unidade homogênea, nem todos os setores serão impactados pela crise na mesma intensidade. Entre os setores que menos sentirão as turbulências, merecem destaque o agronegócio e os setores voltados para a exportação.

A CRISE É REALMENTE TÃO RUIM?

Sim. Infelizmente, a crise é realmente bem complicada. Do lado do setor produtivo, os números são bastante convincentes:

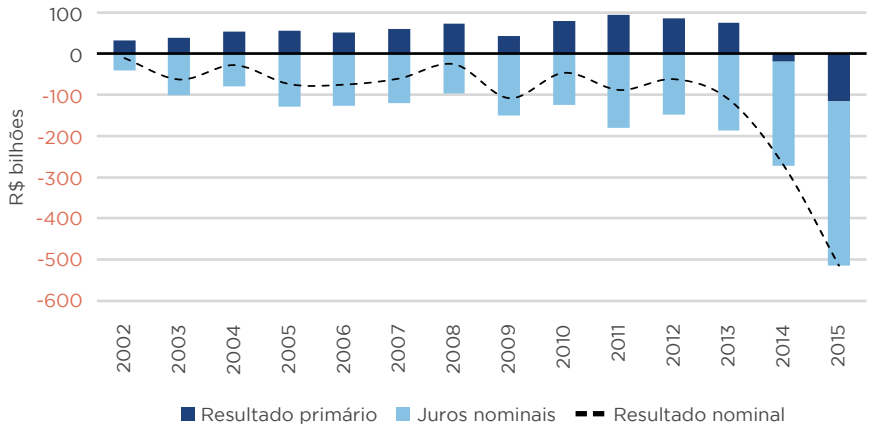
- No setor industrial: em 2015, a produção da indústria brasileira registrou a sua maior contração (-6,2%) pelo menos desde 1992. De acordo com a mediana das projeções da pesquisa Focus do Banco Central, a indústria nacional como um todo não deve voltar a crescer antes de 2020;

- No setor de serviços: após ter ficado praticamente estagnado em 2014 (crescimento de 0,1%), este setor registrou forte contração em 2015 (-2,7%). Por trás dessa sequência de quedas há o esgotamento da estratégia de expansão do consumo das famílias – que, por sua vez, registrou contração de 4,0% no ano passado;

- Nos investimentos: talvez, de todos os números negativos registrados no ano passado no setor produtivo, a forte contração dos investimentos (-14,1%) seja o mais complicado. Na realidade, o número registrado no ano passado reflete uma crise bem pior, pois foi registrado após uma contração bastante profunda (-4,5%) em 2014. Infelizmente, as perspectivas para os investimentos ainda não são alentadoras.

Por trás dos números anteriores há tanto problemas estruturais (como o elevado custo Brasil e o esgotamento da estratégia de fazer a economia crescer estimulando o consumo), quanto conjunturais (perda de credibilidade do governo e forte deterioração das expectativas dos agentes). Infelizmente, com relação às questões estruturais, mesmo mudando o comando no Palácio do Planalto, a solução não tem como vir no curto prazo.

RESULTADO PRIMÁRIO, JUROS E RESULTADO NOMINAL
(R$ BILHÕES)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

QUAIS PROBLEMAS UM NOVO GOVERNO NÃO TEM COMO RESOLVER?

Dentre os diversos problemas que afetam a economia brasileira e para os quais não há solução no curto prazo, merecem especial destaque a grave situação das finanças públicas e a deterioração no mercado de trabalho:

- O rombo nas contas públicas: no ano passado, o governo central brasileiro registrou um déficit primário de R$ 116,6 bilhões. Ou seja, os gastos correntes foram maiores do que as receitas do governo central em R$ 116,6 bilhões. Este número por si só já seria um grande problema, porém, uma vez que foram gastos R$ 397,2 bilhões com pagamento de juros, o País acumulou um déficit nominal de R$ 513,9 bilhões em 2015. Em outras palavras, a sociedade brasileira teve que lidar com um rombo nas contas públicas equivalente a mais de 8,5% do PIB (R$ 5,9 trilhões). Um buraco como esse claramente não é sustentável.

- Deterioração do mercado de trabalho: independentemente de quem assuma o Palácio do Planalto, a taxa de desemprego continuará crescendo; infelizmente, esta dinâmica é inevitável. Por um lado, a crise no setor de serviços ainda é forte, e, por outro, o ajuste sobre os salários ainda não terminou. De 2004 a 2014, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a remuneração média da população ocupada na economia brasileira aumentou mais de 40% em termos reais, isto é, já descontada a inflação do período. Como este aumento foi bem superior à expansão da produtividade, a mão de obra na economia brasileira ficou excessivamente cara. Por mais que seja cruel, o ajuste econômico passa por recolocar os salários reais em uma trajetória de equilíbrio de longo prazo.

O QUE UM NOVO GOVERNO PODE FAZER PARA MELHORAR A SITUAÇÃO ECONÔMICA?

Infelizmente, não é possível estancar a "sangria" das contas públicas no curto prazo. Parte majoritária dos gastos é engessada, e a arrecadação está em queda. Para colocar os gastos públicos em uma trajetória de equilíbrio, é necessário um conjunto de reformas que, além de impopulares, levarão tempo para terem efeito. Para que a arrecadação pare de cair e para dinamizar o mercado de trabalho, é necessário que a atividade econômica volte a crescer. Para que esta cresça, é necessário resol-

ver o problema das contas públicas. Embora não seja possível resolvê-las no curto prazo, é urgente estabelecer um roteiro de reformas crível para a questão fiscal.

Caso o novo governo consiga transmitir ao setor produtivo que conseguirá tocar uma agenda mínima de reformas e que, com isso, o País se afastará, por exemplo, do quadro de falência das contas públicas, os agentes econômicos podem recuperar a confiança no futuro da nação e retomar – mesmo que paulatinamente – seus projetos de investimentos. Entre estes investimentos, merecem destaque aqueles associados aos setores industriais, pois contam com os maiores efeitos multiplicadores sobre o restante da economia.

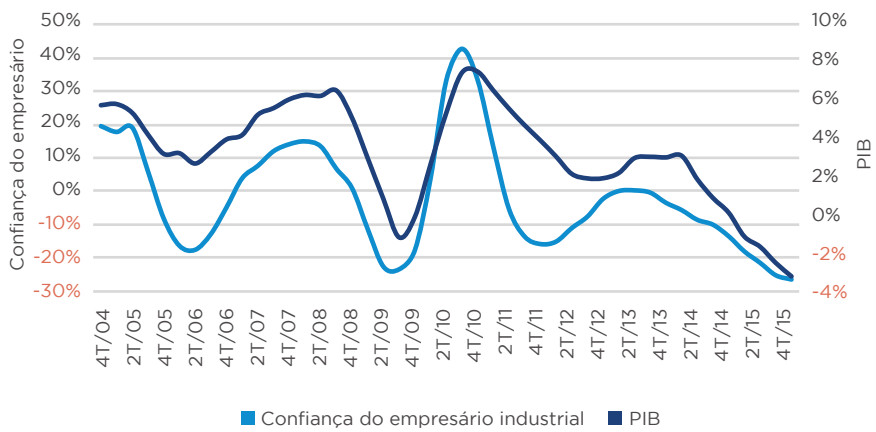
DO LADO MACROECONÔMICO, QUAL DEVE SER O IMPACTO DE UM NOVO GOVERNO PARA O AGRONEGÓCIO?

Uma vez que o agronegócio tem sido um dos setores menos impactados pela crise, um novo governo não deverá trazer mudanças profundas para a sua conjuntura. Ainda assim, deve-se destacar que:

- Caso o novo governo consiga conferir maior estabilidade ao ambiente político e, principalmente, apresentar um roteiro sustentável para o problema das finanças públicas, o dólar deverá se acomodar em um patamar mais modesto, provavelmente abaixo de R$ 4,00. Se os setores exportadores ou que tenham os preços de seus produtos influenciados pela moeda norte-americana preferirem um real mais desvalorizado, essa acomodação do câmbio pode ser muito boa para as cadeias produtivas endividadas em dólar ou pressionadas por custos de produção associados à moeda estrangeira.

- Dado que a deterioração das contas públicas não será resolvida no curto prazo, talvez não seja possível contar com um volume de recursos mais favorável no Plano Safra ou em outras políticas voltadas para o setor. Na verdade, devido ao problema fiscal, não é possível descartar a hipótese de que as restrições no acesso ao crédito continuem sendo utilizadas como medidas de controle de gastos, como foi observado no início da safra atual. ■

CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL *VS.* PIB
(MÉDIA MÓVEL DE QUATRO TRIMESTRES – %)



Fonte: IBGE; CNI